

REGINALDO GONÇALVES GOMES

TUTELA COLETIVA NO DIREITO ELEITORAL

LEGITIMIDADE DOS INTERESSADOS DIFUSOS NA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES



DIALÉTICA
EDITORA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2021 by Reginaldo Gonçalves Gomes.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Pedro Henrique Azevedo
Diagramação: Brunna Carielo
Revisão: Responsabilidade do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150

G633t Gomes, Reginaldo Gonçalves.

Tutela Coletiva no Direito Eleitoral : legitimidade dos interessados difusos na fiscalização das eleições / Reginaldo Gonçalves Gomes. – Belo Horizonte : Editora Dialética, 2021.
356 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5956-361-6

1. Direito Eleitoral. 2. Fiscalização. 3. Eleições. I. Gomes, Reginaldo Gonçalves. II. Título.

CDD 342.07

CDU 342.8



DIALÉTICA
EDITORA



/editora dialetica



@editoradialetica

www.editoradialetica.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
1. INTRODUÇÃO	17
2. A JUSTIÇA ELEITORAL ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	27
2.1 A COMPLEXIDADE DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL	33
2.2 COMPOSIÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	34
2.3 FUNÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL	36
2.3.1 Entrelaçamento da função normativa à função legislativa: Judicialização da política	39
2.3.2 Função consultiva	43
2.3.3 O caso da verticalização partidária	44
2.3.4 O caso da revisão geral da remuneração – art. 73, inciso VIII da lei n. 9.504/97	47
2.3.5 Função consultiva no plano nacional e internacional	55
2.4 NOVO PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL DELINEADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	58
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ELEITORAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	67

3.1 PROCESSO COLETIVO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	68
3.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICADOS AO DIREITO ELEITORAL	71
3.2.1 Princípio do devido processo legal	77
3.2.2 Princípio do contraditório	79
3.2.3 Princípio da ampla defesa	83
3.2.4 Princípio da dignidade da pessoa humana	84
3.2.5 Princípio da moralidade	86
3.2.6 Princípio da proporcionalidade	88
3.2.7 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	91
3.2.8 A dicotomia entre o princípio da celeridade e o princípio do contraditório e da ampla defesa	96
3.3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ELEITORAL	102
3.3.1 Princípio da democracia	103
3.3.2 Princípio do sufrágio universal	111
3.3.3 Princípio da liberdade partidária	113
4. FUNÇÃO JUDICIAL ELEITORAL E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA ELEITORAL ...	117
4.1 PROCESSO ELEITORAL	120
4.2 PROCESSO ELEITORAL OU PERÍODO ELEITORAL	126
4.3 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	129
4.3.1 Funções administrativas típicas conferidas à Justiça Eleitoral	131
4.3.1.1 A função administrativa típica do Tribunal Superior Eleitoral	131
4.3.1.2 A função administrativa típica dos Tribunais Regionais Eleitorais	132
4.3.1.3 A função administrativa típica dos Juízos Eleitorais	133
4.3.1.4 A função administrativa típica da Junta Eleitoral	137
4.3.2 Funções administrativas atípicas conferidas à Justiça Eleitoral	138
4.3.2.1 A função administrativa atípica do Tribunal Superior Eleitoral	138
4.3.2.2 A função administrativa atípica dos Tribunais Regionais Eleitorais	139
4.3.2.3 A função administrativa atípica dos Juízos Eleitorais	140

4.4 Função judicial eleitoral	143
4.4.1 Função judicial eleitoral exercida pela Justiça Eleitoral	143
4.4.1.1 A função judicial eleitoral exercida pelo Tribunal Superior Eleitoral	143
4.4.1.2 A função judicial eleitoral exercida pelos Tribunais Regionais Eleitorais	146
4.4.1.3 A função judicial eleitoral exercida pelos Juízes Eleitorais	149

4.5 AÇÕES COLETIVAS ELEITORAIS EM ESPÉCIE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL PARA DEFESA DOS DIREITOS COLETIVOS 154

4.5.1 Ação de impugnação de registro de candidatura – AIRC	155
4.5.2 Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE	155
4.5.3 Representações – Lei n. 9.504/1997	158
4.5.4 Representação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais Art. 30-A lei n. 9.504/97	160
4.5.5 Recurso contra a expedição de Diploma - RCED	161
4.5.6 Ação Constitucional de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME	164
4.5.6.1 Objeto da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME	167
4.5.6.1.1 Corrupção eleitoral	168
4.5.6.1.2 Fraude eleitoral	170
4.5.6.1.3 Abuso de poder econômico	170
4.5.7 Relacionamento entre os sistemas jurídico, político e econômico	177
4.5.7.1 As implicações da independência dos sistemas jurídico e econômico no Direito Eleitoral	180
4.5.7.1.1 O cometimento de crimes eleitorais para desequilibrar o pleito eleitoral	180
4.5.7.1.2 O financiamento privado de campanha como meio de abuso de poder econômico	183

5. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA ELEITORAL 193

5.1 DEFINIÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	199
5.2 DIREITOS COLETIVOS	202
5.3 DIREITOS DIFUSOS	205
5.4 DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	207
5.5 DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS TUTELADOS PELO DIREITO ELEITORAL	211

5.5.1 Direitos difusos no Direito Eleitoral	215
5.5.1.1 Os direitos difusos	215
5.5.2 Direitos coletivos no Direito Eleitoral	217
5.5.2.1 Os direitos coletivos strictu sensu	217
5.5.3 Direitos individuais no Direito Eleitoral	218
5.5.3.1 Os direitos individuais	218

6. LEGITIMAÇÃO ATIVA AD CAUSAM PARA A PROPOSITURA DAS AÇÕES COLETIVAS NA DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS 221

6.1 LEGITIMIDADE ORDINÁRIA, EXTRAORDINÁRIA E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	224
6.2 NATUREZA JURÍDICA DA LEGITIMIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS	227
6.3 LEGITIMADOS ATIVOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL PARA PROPOSITURA DAS AÇÕES COLETIVAS ELEITORAIS	230
6.3.1 O Ministério Público	233
6.3.2 Os Partidos Políticos	235
6.3.3 Os Candidatos	240
6.3.4 As Coligações - entes despersonalizados	240
6.3.5 As Associações Cívicas	243
6.4 LEGITIMAÇÃO DO CIDADÃO PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO COLETIVA ELEITORAL	245
6.5 Ação Popular: INAPLICABILIDADE NO DIREITO ELEITORAL	251

7. TECNOLOGIA NO PODER JUDICIÁRIO 255

7.1 SOCIEDADE EM REDE: GLOBALIZAÇÃO	255
7.2 A AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFETIVA DO PROCESSO ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO	258
7.2.1 A exclusão dos interessados na fiscalização no voto	260
7.2.2 O risco de a tecnologia suplantando direitos fundamentais em razão da exclusão dos reais interessados	262

7.3 PROCESSO ELETRÔNICO: FORMA DE ACESSO AO PROCESSO AOS INTERESSADOS DIFUSOS	280
---	------------

8. A TEORIA DA AÇÃO TEMÁTICA	285
---	------------

8.1 INTERESSE E DIREITO	286
--------------------------------------	------------

8.2 REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA E LEGITIMAÇÃO PARA AGIR NA AÇÃO TEMÁTICA	293
---	------------

8.3 O MÉRITO PARTICIPATIVO NA AÇÃO TEMÁTICA	297
--	------------

8.4 AÇÃO TEMÁTICA NO ÂMBITO ELEITORAL: UMA SOLUÇÃO PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS STRICTU SENSU E DIFUSOS NO DIREITO ELEITORAL	304
---	------------

8.4.1 Direitos coletivos strictu sensu no âmbito eleitoral	308
---	------------

8.4.1.1 Convenções partidárias e outros direitos afetos aos interessados coletivos	308
--	------------

8.4.2 Direitos difusos no âmbito eleitoral	309
---	------------

8.4.2.1 Requerimento de registro de candidatura	309
--	------------

8.4.2.2. Consulta	310
--------------------------------	------------

8.4.3 A ação de impugnação de mandato eletivo como única ação temática eleitoral pós-eleitoral	311
---	------------

8.4.3.1 Reunião dos fatos das várias ações eleitorais em uma única ação eleitoral	313
--	------------

8.4.4 Coisa julgada, conexão, litispendência e litisconsórcio	315
--	------------

8.4.5 O ostracismo da legislação eleitoral	320
---	------------

9. CONCLUSÃO	327
---------------------------	------------

ANEXO I. PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	331
---	------------

ANEXO II. PROPOSTA DE LEI COMPLEMENTAR	333
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	341
---	------------